

## AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL<sup>1</sup>

**Genivânia Maria da Silva**

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

[genivaniasilva@gmail.com](mailto:genivaniasilva@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

Como resultado do desenvolvimento da tecnificação e do avanço do processo ávido do capitalismo no campo, há desde as últimas décadas do século XX, o fomento e estímulo de várias pesquisas acadêmicas pretendendo analisar as transformações nas relações de produção e de trabalho no campo brasileiro, bem como, a difusão do discurso de desenvolvimento territorial rural. O estudo geográfico do território permite entender relações de poder, conflitos sociais e lutas de classe pelo controle dos espaços de reprodução, denotando as configurações do espaço agrário via movimento dos camponeses e latifundiários.

Destarte, atendendo a uma lógica de desenvolvimento global de modernização da agricultura observa-se que foi, sobremaneira, na década de 1970 que o Brasil deu um salto em sua modernidade, quando muitos médios e grandes agricultores passaram a implementar nos processos produtivos o pacote tecnológico para a agricultura, denominada de “Revolução verde”, que inclui fertilizantes, agrotóxicos, maquinários, calendário agrícola etc (MARTINE; GARCIA, 1987). Alude-se que essa “modernização do campo” valorizou, em primazia, o grande e médio latifundiário com incentivo a monocultura para a exportação em detrimento do pequeno produtor.

A exclusão social e econômica dos camponeses, a desapropriação territorial, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho no campo, a acentuação dos conflitos sociais e a luta pela terra ascendem com veemência frente à territorialização do capital e a tecnificação no campo brasileiro principalmente no Nordeste em que a concentração de terra reside de forma perversa e assustadora. Diante deste cenário far-se-á erigir diversas políticas públicas de atendimento aos camponeses e de desenvolvimento rural, como forma de incitar o desenvolvimento econômico, conquanto, trata-se de medidas paliativas e obscuras que buscam atenuar os conflitos e misérias no campo e não dirimi-las. Haja vista que a lógica do capital é assegurar a produção da mais-valia, sendo a reprodução da miséria um dos seus sustentáculos de acumulação.

Ademais, a dificuldade de acesso a terra pelos trabalhadores rurais sem terra tem estimulado com vigor o desenvolvimento de atividades de caráter não agrícolas como uma das alternativas de trabalho e renda para os expropriados da terra perante as incertezas engendradas

---

<sup>1</sup> Texto produzido como parte integrante da disciplina “Teorias dos Territórios e da Questão Agrária” Oferecida pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no Programa de Pós-graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão (SE), primeiro semestre/2014.

pela difusa “modernização no campo”. Não obstante, Trata-se de uma investida do capital para assegurar o seu movimento de reprodução e espacialização no espaço agrário.

Conquanto, é nesse cenário adverso de transformações impostas pela dinâmica sócio-metabólica do capital que flui as perspectivas de desenvolvimento rural no Brasil ancorado na ideia do Novo Mundo Rural (NMR) que obstina promover, por sua vez, o desenvolvimento da “pluriatividade” como fonte de renda, de expansão e distribuição de terra; bem como de incentivos a reprodução do segmento da agricultura familiar. Destarte, esta trama discursiva emerge como solução para atenuar as disparidades socioeconômicas erigidas no campo, bem como, para a promoção do desenvolvimento territorial local sustentável. Portanto, por este prisma entende-se que tal política teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e nos projetos desenvolvimentista para o mundo rural no governo Lula (2003-2010).

Por este viés, a solução para o desenvolvimento do campo e integração dos marginalizados ao processo produtivo em escala local/nacional está na diversificação de atividades não agrícolas, o campo não resiste com o camponês e suas atividades. As transformações são tão contínuas e perversas no campo que uma nova estrutura foi imprimida tanto no que concerne aos produtores como na forma de produzir.

De forma geral os defensores do NMR põem em discussão o fim do campesinato, paradigma do capitalismo agrário defendido por teóricos como Kaustsky (1986). Já o paradigma da questão agrária defende a proposição de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma de criação e recriação do campesinato. Dentre os autores que defendem esse paradigma estão Chayanov (1974), Oliveira (1991; 2004) e Fernandes (2000; 2001).

Contudo, são inegáveis as transformações nas relações de trabalho e de produção no campo brasileiro em virtude da inserção de tecnologia, dos reajustes da macroeconomia contendo o processo de reestruturação produtiva e de políticas neoliberais. Nesta perspectiva, a minha proposta de pesquisa enseja analisar as transformações no campo brasileiro via processo de modernização da agricultura; bem como as contradições do discurso de desenvolvimento territorial rural.

O artigo encontra-se dividido em dois subitens, o primeiro mostra as facetas do processo de “modernização do campo” brasileiro ao denotar os rebatimentos diferenciados para os camponeses e para o grande proprietário rural, destaca o processo de desterritorialização e reterritorialização do camponês perante o processo ávido de expansão do agronegócio; bem como o discurso do novo mundo rural. No segundo, procurou-se resgatar numa perspectiva histórica o conceito de desenvolvimento territorial rural e sua efetiva atuação.

## **O PROCESSO DE “MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA” NO CAMPO BRASILEIRO E O DISCURSO DO NMR (NOVO MUNDO RURAL)**

O processo de modernização do espaço agrário brasileiro foi sentido de maneira distinta pelas regiões brasileiras, pelos camponeses, pelos médios e grandes proprietários. A contínua e

assaz industrialização das áreas rurais imprimiram mudanças nas relações de trabalho e de produção agrícola, delineando uma nova estrutura socioeconômica e política ancorada por programas e instituições governamentais brasileiras em face da inserção do capitalismo mundializado no campo.

Numa perspectiva Histórica depreende-se que, uma conjugação de elementos foi precípua para o deslanche da modernização do campo brasileiro. Haja vista que esta passou a se consolidar a partir de 1960, com a vinda de empresas multinacionais produtoras de maquinários, implementos e insumos agrícolas, com os incentivos governamentais através dos programas de financiamento, e ao início das pesquisas agropecuárias em instituições públicas e privadas. No obstante foi, sobretudo na década de 1970, que o país deu um salto em sua modernidade, quando muitos médios e grandes agricultores passaram a implementar nos processos produtivos o pacote tecnológico vindos dos países desenvolvidos (principalmente Europa e EUA) para a agricultura, denominada de Revolução Verde, que inclui fertilizantes, agrotóxicos, mudas e sementes melhoradas, maquinários e implementos, calendário agrícola, etc. (MARTINE; GARCIA, 1987).

A participação do Estado foi necessária para a “modernização da agricultura” ao incentivar a inserção de muitas indústrias concatenadas a agropecuária perante a oferta de créditos, baixas taxas de juros para compra de insumos químicos e maquinários. A proposta do Estado e das grandes empresas era incentivar a tecnologia na agricultura para acentuar a produção agrícola viabilizando, assim, a maximização dos lucros. Embora, o processo de modernização na década de 1970 tenha promovido avanço das forças produtivas, juntamente com os projetos governamentais de distribuição de recursos, o progresso técnico-científico não atingiu a todos e o segmento mais fragilizado e destituído do acesso a terra foram os que mais sofreram com as conseqüências.

Trata-se de uma modernização da agricultura conservadora, pois, não modificou a estrutura fundiária e as relações de trabalho; acabou gerando a expropriação e a expulsão dos camponeses que não tinham condições de competir com os médios e grandes produtores; acentuou a violência no campo e os conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra e os latifundiários. São inúmeros os casos de latifundiários que possuem extensas propriedades de terra, muitas delas consideradas improdutivas, mas, mesmo assim, são retidas como bem de valor.

Mesmo perante tais adversidades, os camponeses lutam pelo acesso á terra e nela permanecer, visando que a terra exerça sua função social que é produzir. Observa-se que o discurso desenvolvimentista de produção agrícola via tecnificação fortifica o médio e grande produtor com a expansão do agronegócio, e acaba estimulando atividades não agrícolas como alternativa de trabalho e renda para os destituídos de acesso a terra. Trata-se de uma estratégia das políticas de desenvolvimento rural e da empresa capitalista, fomentar a “pluriatividade” como

solução para resolver os problemas de desigualdades socioeconômicas que perpassam o campo Brasileiro.

As transformações nas relações de produção e de trabalho no campo, bem como a intrínseca relação campo-cidade via mecanização, leva muitos estudiosos como Graziano da Silva (1998) e Schneider (2003) a afirmarem que o campo deixou de ser sinônimo de agrícola, e que a intensificação de atividades não agrícolas tem estimulado o desenvolvimento econômico do agricultor familiar no campo; os serviços sociais e turísticos ofertado no campo com características urbanas, a dependência de insumos, maquinários e empréstimo bancário tem transformado o camponês em agricultor familiar, tais elementos tem canalizado para “Novo Mundo Rural”. Destarte respaldado na vertente do paradigma do capitalismo agrário, acredita-se que a modernização da agricultura levaria o camponês a sucumbir, conseqüentemente, o fim das suas lutas e assim acabariam vendendo suas terras para as empresas capitalistas e, então, se proletarizando. Entre os adeptos dessa concepção, estão alguns dos grandes pensadores marxistas mundiais: Lênin e Kautsky.

o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, o mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornam-se iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I Lênin [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 34).

O agricultor familiar é um novo personagem diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno totalmente integrado ao mercado racionalizando ao máximo sua produção (ABRAMOVAY, 1992). Contudo, diferentemente dessa compreensão, o paradigma da questão agrária defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma de criação e recriação do campesinato (CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2002). Destarte, os movimentos socioterritoriais no campo revelam a permanência do camponês mesmo perante o processo de territorialização do capital via expansão do agronegócio. A luta pela terra e pela reforma agrária faz com que as famílias camponesas organizadas ocupem o território do latifúndio num processo de espacialização e territorialização. Ratifica Fernandes (2001) que;

[...] é no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência. No interior desse processo formam-se diferentes movimentos sociais que inauguram novas situações, desenvolvem outros processos (FERNANDES, 2001, p. 25).

O processo contraditório do capital no campo Brasileiro revela que os proprietários de terras apoderam-se, veementemente, da renda da terra, por outro lado temos a expansão da agricultura de pequenos produtores, onde há subordinação/apropriação da renda da terra

transformando-a em capital. Observa-se que a sujeição da renda da terra ao capital leva tanto a expropriação, como o empobrecimento das famílias de trabalhadores rurais á medida que os camponeses não se apropriam da totalidade da riqueza. Assevera Fernandes (2001) a destruição do camponês não se efetivou porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.

Vale salutar que no campo, as relações de trabalho não capitalistas são desenvolvidas através da presença do campesinato, por meio da parceria, do arrendamento, do trabalho familiar camponês, dentre outros (MARTINS, 1996). A essência contraditória de desenvolvimento do capital permite a coadunação de relações de trabalho capitalistas e não capitalista em face de seu desenvolvimento contraditório Pois, “[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, destruindo o camponês. Ao contrário ele permite a criação e recriação do camponês em face do desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 1999, p.48).

Embora a “modernização da agricultura” Brasileira tenha engendrado mutações nas relações de trabalho, de produção e no reordenamento territorial, no estreitamento campo-cidade; torna-se obscuro o discurso do “Novo mundo rural” tendo em vista que a estrutura fundiária, a concentração de terra, a pobreza no campo é mantida em grande parte pelos camponeses, produtores rurais. No NMR não existem conflitos, não há ocupações de terras e a proposta de desenvolvimento está no fomento de atividades não agrícolas conectadas a indústria no campo. É indubitável que o campo não deixou de ser agrário e os camponeses não sucumbiram, pelo contrário, está em cena lutando pelo acesso a terra e equidades sociais e econômicas, valoração de sua classe.

## **AS FACETAS DO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL**

Recentemente, várias áreas do conhecimento que se preocupam com ‘a produção do espaço geográfico, passaram a adotar o território como conceito precípua em suas análises. A diversidade de conceituações está concatenada as intencionalidades do sujeito. Nesse sentido, emerge inúmeras indagações se o conceito de território virou moda. Para a geografia o território é multidimensional, isto é, fruto das relações sociais e de classe, uma fração do espaço eivado de relações de poder, conflitos e conflitualidades.

O debate concernente ao desenvolvimento territorial rural emerge no começo da década de 1990 e há duas questões envoltas na arquitetura desse conceito: A primeira diz respeito a preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial que utilizam, por sua vez, o pensamento consensual para construir suas referências teóricas a cerca do conceito encimado. Nesta perspectiva procuram convencer os movimentos populares e as comunidades que devem procurar o desenvolvimento sustentável, sem oposições e devem se integrar ao mercado. A outra questão diz respeito ao conceito *fashion* do desenvolvimento territorial. Assevera Fernandes (2008):

O conceito de desenvolvimento territorial que não contem a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um conceito-fashion (FERNANDES, 2008, p.41)

Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo. Pode-se até mesmo decretar o fim dos territórios, o que significa construir um novo território (FERNANDES, 2008). Há uma diversidade de conceituações de territórios. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campo, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. O território deve ser entendido nas suas múltiplas dimensões econômico, políticas, culturais, ou seja, nas relações sociais em suas temporalidades e espacialidades (FERNANDES, 2008). O Território em movimento produz múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, resolvendo problemas, manifestando sua conflitualidade. Logo, entende-se que esse território em movimento é necessário para pensar as questões envoltas ao desenvolvimento territorial.

Diante do encimado alude-se que a proposta de desenvolvimento territorial rural no Brasil ascende nos anos 1990 num contexto de transformações pelo qual o campo passava com a “modernização da agricultura”. Destarte, essa modernização se processou de forma destoante entre as regiões brasileiras. O crédito rural oficial foi veementemente seletivo, sua oferta ficou circunscrito aos médios e grandes produtores rurais. Em contrapartida, “[...] os meeiros, camponeses ou aqueles com mínima ou nenhum acesso a terra não tiveram acesso ao crédito em face das garantias exigidas pelo sistema financeiro” (MARTINS, 1981).

Essa conjuntura fomentou as disparidades socioeconômicas no campo, a pobreza se espacializa e medidas são tomadas pelos dirigentes para tentar atenuar as disparidades econômicas. O discurso de desenvolvimento territorial rural passou a ser inserido nas políticas públicas pelo governo e instituições. O escopo é inserir os sujeitos sociais na proposta de desenvolvimento, incumbi-los da responsabilidade de fomentar o desenvolvimento rural dos locais economicamente deprimidos; a inserção no mercado é a solução. Afirma Hespanhol (2008) que:

A adoção da abordagem do desenvolvimento territorial no país tem como marco inicial o Programa Comunidade Ativa instituído pelo governo FHC no ano de 1999, por meio do qual se procurou induzir o desenvolvimento local das regiões menos dinâmicas. A gestão de programas sociais também foi descentralizada com o intuito de se evitar a dispersão e estimular a gestão participativa de recursos públicos (HESPANHOL, 2008, p.38).

O governo Lula criou a secretária de desenvolvimento territorial, a qual se vincula ao ministério do desenvolvimento agrário. A proposta é estimular e coordenar projetos de desenvolvimento territorial rural, focando políticas para o território. Alude-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem se incumbido da condução da política de assentamento rural e

inadequadamente usado de reforma agrária, de programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF).

As metas quantitativas e qualitativas estabelecidas para os assentamentos não têm sido atingidas. O PRONAF, por sua vez, permanece estritamente vinculado á oferta de crédito rural com subvenções diferenciadas de acordo com a dimensão e o perfil beneficiários (HESPANHOL, 2008, p.39).

São diversas as conceituações concernentes ao desenvolvimento territorial. As divergências de interesses e o sentido dúbio das políticas direcionadas ao meio rural ficam notória na forma como a administração federal se estrutura ao atender as carências do agronegócio e da agricultura familiar Pois, “[...] O ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento estabelece e conduz a política de respaldo à agricultura empresarial” (HESPANHOL, 2008). Não levam em consideração as adversidades e os conflitos fluidos em determinada localidade.

A abordagem de desenvolvimento territorial vem se difundindo ao considerar que as iniciativas locais dos atores sociais são suficientes para dinamizar a economia e cerrar com impasses sociais e ambientais. Neste sentido as instituições e o governo federal acabam transferindo as reponsabilidades de desenvolvimento para os sujeitos locais, oferecem o mínimo de subsídios a agricultura familiar e visam superação das desigualdades e inserção no mercado.

Com a “modernização da agricultura” no campo brasileiro as disparidades socioeconômicas, os conflitos e a luta pela terra se exacerbaram. O discurso de desenvolvimento territorial rural ganha relevância e passa a ser entendido numa amplitude de políticas que atenuem as desigualdades econômicas no campo e supere a lógica produtivista e setorial. O desígnio do discurso de desenvolvimento territorial, utilizado pelos nossos dirigentes é para impulsionar um conjunto de atividades de conotação não agrícolas, que gerem novas ocupações que propiciem maior nível de renda as pessoas residentes no meio rural, bem como, envolver e incumbir os atores locais da responsabilidade de fomentar, estimular e descobrir as potencialidades produtivas locais que propicie o desenvolvimento. Trata-se de medidas paliativas que não resolvem a pobreza, as disparidades sociais e o desemprego no campo, pois “[...] a concentração fundiária, a falta de um projeto nacional de desenvolvimento, a ineficácia das instituições e inexperiência da população para participar de maneira independente trava a efetivação do desenvolvimento” (HESPANHOL, 2008).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dinâmica da expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro via efeitos da modernização da agricultura, sobretudo, a partir de 1960, engendrou mutações nas relações de trabalho, de produção e no reordenamento territorial. O discurso de desenvolvimento e modernização pelos governantes e instituições internacionais emerge para superar o “velho” e

“arcaico” com implantação de tecnologias configurando o agronegócio em detrimento do camponês.

Entende-se que o desenvolvimento das empreitadas do capital no campo se dá, em primazia, em parceria com o Estado. Perante políticas neoliberais tem se intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalista dos camponeses ou subordinação destes ao monopólio do capital. O paradigma do capitalismo agrário afirma que a modernização da agricultura levaria o fim do camponês e de suas lutas, acabariam vendendo suas terras para as empresas capitalistas e, então, se proletarizando. A realidade do campo brasileiro nos mostra que o camponês é destruído e recriado pelo capital, bem como, pelo movimento de luta pela terra e reforma agrária.

O camponês resiste no campo mesmo perante as adversidades. É inegável que o avanço do agronegócio e da modernização elevou a concentração fundiária, a pobreza e exclusão dos pequenos produtores rurais devido o alcance dos subsídios, do maquinário, pois as taxas de créditos rurais são extorsivas. Essa dinâmica territorial no espaço agrário acentuou as desigualdades sociais fazendo ascender o discurso de desenvolvimento territorial rural. A proposta é envolver os agentes locais no desenvolvimento econômico da comunidade, dinamizar as regiões rurais mais deprimidas com políticas públicas.

O Estado busca erigir “aparentemente” políticas públicas de desenvolvimento com o discurso de cercear o atraso e a pobreza no campo. São na verdade políticas compensatórias para fomentar o desenvolvimento dos territórios atrativos, não busca resolver os problemas estruturais como a desigualdade social. Haja vista que o capital necessita da pobreza para se auto-reproduzir, portanto, nunca atingirá a essência dos problemas.

A modernização do campo brasileiro se processou de forma conservadora, pois não alterou a estrutura fundiária. E ao contrário exacerbou a luta pela terra, a pobreza no campo. O agronegócio foi o grande beneficiado em detrimento do camponês, que mesmo diante muitos casos de expropriação lutam por seu retorno e permanência no campo, na agricultura. Logo, a lógica do capital é apropriar-se de novos territórios, novos espaços via inclusão e exclusão dos camponeses para viabilizar sua territorialização no campo. Embora, o capital propague a espacialização do moderno como vias para o desenvolvimento, as velhas estruturas de produção de trabalho são necessárias para seu ciclo reprodutivo num movimento socialmente contraditório e combinado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro**. Revista Mercator, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE, vol. 9, nº. 18, Jan./abr., 2010, p. 17-26.



- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Revista NERA, número 6, 2005.
- \_\_\_\_\_. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento Territorial. In BUAINAIN, Antonio Márcio(org). **Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.
- SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.
- SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.
- HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Modernização da Agricultura e desenvolvimento territorial**. 4º Encontro Nacional de Pesquisa-ENGRUP,4 São Paulo, pp.370-392,2008. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/hespanhol\\_a\\_n.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/hespanhol_a_n.pdf). Acesso em: 4 mai. 2014.
- MARTINE, G. e GARCIA, R. (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 2, n. 19, p. 94-112, jul./dez. 2002. Disponível em: [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N19.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N19.pdf). Acesso em: 20 abr. 2014.
- MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura no Brasil**. Disponível em: [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br). Acesso em: 22 abr. 2014.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991
- SCHNEIDER , S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar** . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.